

Artigos Publicação Contínua

Gramáticas de exclusão e reexistência: dispositivos discursivos da Extrema Direita e Contra-Articulações Popular-Digital

Grammars of exclusion and reexistence: discursive devices of the
Far Right and Popular-Digital Counter-Articulations

Tiago Negrão Andrade¹ 

¹Universidade Estadual Paulista , São Paulo, SP, Brasil

Resumo

Este artigo analisa criticamente os dispositivos discursivos e estético-políticos da extrema direita, com foco em cadeias de equivalência, estetização da violência armada, regimes de desinformação e práticas de resistência popular. A abordagem qualitativa, teórica e documental fundamenta-se na teoria do discurso pós-fundacional (Laclau, 2005; Mouffe, 2013), necropolítica (Mbembe, 2011), performatividade (Butler, 2004) e tecnopolítica (Benjamin, 2019; Haraway, 2016). O corpus inclui publicações acadêmicas, relatórios, normas, mídia digital e jornalística (2010-2025) em âmbito Brasil, EUA, Europa Oriental e Sul Global. Os resultados mostram quatro núcleos discursivos: populismo moralizante, performatividade da mentira, soberania armada teologizada e resistência tecnopolítica. Conclui-se que tais dinâmicas reconfiguram identidades políticas, promovem antagonismo ontológico e exigem contra-articulações insurgentes que tensionam sentidos democráticos e afirmam práticas de reexistência epistêmica e estética.

Palavras-chave: Gramáticas de exclusão; Desinformação; Soberania armada; Tecnopolítica; Reexistência insurgente

Abstract

This article critically analyzes the discursive and aesthetic-political devices of the far right, focusing on chains of equivalence, armed violence aestheticization, disinformation regimes, and popular resistance practices. Using a qualitative, theoretical, and documentary approach grounded in post-foundational discourse theory (Laclau, 2005; Mouffe, 2013), necropolitics (Mbembe, 2011), performativity (Butler, 2004), and technopolitics (Benjamin, 2019; Haraway, 2016), the study examines a corpus of academic literature, reports, legal norms, digital media, and journalism (2010–2025) across Brazil, the USA, Eastern Europe, and the Global South. Key findings reveal four central discursive nuclei: moralizing populism, performativity of lies, theologized armed sovereignty, and technopolitical resistance. The study concludes that these dynamics reconfigure political identities, foster ontological antagonism, and call for insurgent counter-articulations that contest and reshape democratic meanings, highlighting the urgency of epistemic and aesthetic re-existence practices.

Keywords: Grammars of exclusion; Disinformation; Armed sovereignty; Technopolitics; Insurgent re-existence

INTRODUÇÃO

A ascensão da extrema direita global nas últimas décadas tem promovido não apenas transformações institucionais e jurídicas, mas uma profunda reconfiguração simbólica dos regimes de verdade, identidade e soberania no campo democrático. Esse processo não se limita à tomada de poder por grupos conservadores, mas envolve uma engenharia discursiva complexa, na qual elementos como religião, armamento civil e desinformação são mobilizados como dispositivos performativos de autoridade moral e exclusão ontológica. O uso reiterado de significantes vazios como “família”, “liberdade” ou “povo de bem” condensa, sob uma gramática de equivalência populista, afetos difusos e demandas heterogêneas em torno de um inimigo comum, operando o que Laclau (2005) denominou como lógica hegemônica de articulação.

Tal fenômeno tornou-se particularmente visível no Brasil entre 2018 e 2022, onde o discurso bolsonarista articulou fé cristã neopentecostal, política armamentista e retórica moralizante para consolidar uma nova subjetividade política — racializada, armada e ressentida — que reivindica o monopólio simbólico da verdade, da moral e do pertencimento nacional (Dawson, 2019; Mbembe, 2011). A emergência dessa gramática política não apenas desestrutura os princípios da democracia pluralista, como também reposiciona o próprio campo do dissenso, inviabilizando a disputa

democrática e instaurando o antagonismo ontológico como modo de governabilidade.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objeto de estudo a análise crítica dos dispositivos discursivos e estético-políticos que estruturam a lógica reacionária da extrema direita, com foco nas cadeias de equivalência, na estetização da violência armada, nos regimes de desinformação e nas contra-articulações populares. A análise se ancora na teoria do discurso de Laclau (2005) e Mouffe (2013), nas contribuições sobre necropolítica (Mbembe, 2011), performatividade (Butler, 2004) e tecnopolítica (Benjamin, 2019; Haraway, 2016), buscando compreender como a linguagem política atual deixa de operar como mediação simbólica e passa a produzir diretamente sujeitos, afetos e práticas instituintes de exclusão.

A originalidade do trabalho reside em seu esforço de mapear as articulações entre gramáticas de exclusão e práticas insurgentes de reexistência a partir de uma abordagem ontopolítica crítica, que não apenas descreve os enunciados dominantes, mas analisa seus efeitos materiais, normativos e epistêmicos. Diferentemente de estudos focados apenas nos conteúdos ideológicos, este artigo compara o funcionamento dos significantes reacionários com alternativas emergentes nos campos das resistências digitais, da contra-curadoria de dados e da ação política territorializada.

Ao contrastar o discurso hegemônico da extrema direita com as práticas insurgentes de resignificação democrática — como os movimentos antirracistas, feministas, decoloniais e tecnopolíticos —, pretende-se explorar os limites e possibilidades da hegemonia discursiva no cenário contemporâneo. O artigo problematiza, ainda, os riscos da estetização algorítmica da política, da pulsionalização da linguagem e da sacralização da violência como novas formas de regulação simbólica. Diante do colapso das mediações institucionais e do avanço de lógicas necropolíticas, torna-se urgente tensionar os sentidos atribuídos à democracia, à soberania e à verdade, e disputar, na linguagem e nas práticas, os contornos do comum.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, teórica, documental e crítica, fundamentada na teoria do discurso pós-fundacional de Laclau (2005) e Mouffe (2013), articulada a aportes da filosofia política, estudos decoloniais, crítica da cultura digital e sociologia da violência. O corpus empírico reúne publicações acadêmicas, relatórios institucionais, normas legais, notícias e mídias digitais, com foco no período de 2010 a 2025 e abrangência nacional e internacional (Brasil, EUA, Europa Oriental e Sul Global). As fontes foram selecionadas a partir de bases como Scopus, Web of Science, SciELO, Redalyc, além de arquivos jornalísticos (The Guardian, Associated Press, Financial Times) e relatórios de organizações como Amnesty International e Freedom House.

A seleção seguiu critérios de relevância crítica, recorrência nos debates sobre autoritarismo, desinformação, armamentismo e religião na política, com ênfase em subjetivação, regulação simbólica e resistência epistêmica e estética. Foram utilizados descritores como “populismo de direita”, “cadeias de equivalência”, “desinformação política”, “soberania armada”, “necropolítica” e “contra-articulação discursiva”.

A análise baseou-se em leitura crítica e interpretação discursiva, com codificação temática orientada por quatro categorias analíticas: (i) gramáticas de equivalência e populismo; (ii) desinformação e performatividade epistêmica; (iii) soberania armada e estetização religiosa; (iv) resistências populares e ontopolítica democrática. O objetivo é mapear os processos de construção hegemônica e seus efeitos simbólicos, jurídicos e institucionais, expondo seus limites ético-políticos e as possibilidades insurgentes de reconfiguração do comum.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das materialidades discursivas observadas ao longo da pesquisa revelou quatro núcleos articuladores que organizam o campo simbólico da extrema direita contemporânea e suas contrapartidas insurgentes. Cada um desses núcleos

foi examinado como um regime de significação que opera simultaneamente no plano afetivo, normativo e institucional, produzindo efeitos concretos na delimitação de sujeitos políticos, práticas de governabilidade e fronteiras do dissenso. Os achados não apenas descrevem os mecanismos discursivos que sustentam a hegemonia reacionária, mas expõem os modos pelos quais essas formações operam sobre os corpos, as crenças e os regimes de verdade, tensionando os marcos tradicionais da democracia liberal. Ao articular os dados documentais, os referenciais teóricos e os contextos empíricos em diferentes escalas — do Brasil à Hungria, dos dispositivos jurídicos às plataformas digitais —, a discussão que se segue procura problematizar as implicações éticas e epistêmicas das estratégias analisadas, ao mesmo tempo em que evidencia as potências e os limites das práticas contra-hegemônicas que se insurgem nos interstícios desse mesmo campo.

Cadeias de equivalência e a construção do “povo de bem”: a gramática hegemônica da direita radical

A constituição do sujeito político denominado “povo de bem” pela extrema direita não se baseia em uma identidade preexistente, mas em articulações contingentes que produzem efeitos de unidade a partir da equivalência entre demandas heterogêneas. Como propõe Laclau (2005), é na oposição a um “outro” comum — corrupto, comunista, degenerado — que essas identidades se organizam, operando com significantes vazios como “liberdade”, “família” ou “nação”. Essa lógica populista, em vez de representar uma ideologia fixa, constitui uma forma de articulação hegemônica que organiza afetos e antagonismos no campo político.

Thomas Jacobs (2018) reforça essa leitura ao deslocar o eixo explicativo da estrutura econômica para o campo discursivo, mostrando que os antagonismos não são dados, mas produzidos por práticas simbólicas. Tal perspectiva pós-fundacional revela que o “povo de bem” não é um agrupamento sociológico, mas um efeito político resultante da equivalência entre grupos como religiosos conservadores, ruralistas,

forças de segurança e movimentos antivacina, unidos por uma gramática moralizante de exclusão.

O papel da religião ultrapassa o domínio doutrinário: torna-se um operador epistêmico que reconfigura o mundo social em torno de valores não negociáveis. A figura do “pai de família armado” sintetiza a fusão entre cristianismo conservador, patriarcalismo e segurança, compondo o núcleo afetivo do discurso bolsonarista. Rueda (2022) demonstra como essa ideologia se ancora no cotidiano e na afetividade, promovendo uma identificação simbólica entre pureza moral e autoridade violenta.

Essa gramática ganha materialidade jurídica na política armamentista. O Decreto nº 9.785/2019, ao flexibilizar o acesso a armas, subverteu os princípios do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), transformando o armamento civil em emblema de soberania individual. Como observa Agamben (2002), a arma torna-se um “resto soberano”: símbolo da capacidade de decidir sobre a vida e a morte fora da mediação estatal. Dados do TCU (2022) mostram que 76% das armas apreendidas eram registradas legalmente, revelando que essa política não apenas opera simbolicamente, mas produz violência legitimada.

A equivalência discursiva, no entanto, não se limita à linguagem institucional. Ela se amplifica nos circuitos digitais e midiáticos, onde a desinformação é mobilizada como técnica deliberada de produção de antagonismo. O “kit gay”, a “ideologia de gênero” ou a “fraude nas urnas” não são apenas mentiras — são operadores discursivos que criam coesão afetiva e autorização simbólica para ataques morais e físicos ao outro. Nessa lógica, a disputa democrática se transmuta em guerra cultural, onde o inimigo não é adversário político, mas corpo a ser expurgado.

O colapso da mediação institucional e da confiança epistêmica favorece a emergência de um campo discursivo paranoico e performativo, sustentado por uma “verdade moral” que legitima a violência. A figura do “povo de bem”, assim constituída, rompe com os fundamentos normativos do pluralismo democrático e se aproxima de uma lógica teológico-política excludente. A hegemonia, nesse contexto, revela seu

caráter essencialmente seletivo: só pode incluir ao custo de excluir. Cabe, portanto, à crítica filosófica confrontar os limites éticos e ontológicos dessa gramática de equivalência — não apenas descrevê-la, mas disputar suas consequências políticas e simbólicas com responsabilidade democrática.

É imperativo notar que a gramática da extrema direita brasileira não é um fenômeno isolado, mas ecoa estruturas históricas do fascismo italiano, operando o que se pode definir como uma *transposição ontopolítica funcional*. Enquanto o fascismo clássico mobilizava a tríade “Dio, Patria e Famiglia” para fundamentar uma autoridade estatal absoluta e centralizada, o bolsonarismo adapta esses significantes para uma lógica de soberania fragmentada e privatizada. A “virilidade” e a “ordem”, nesse contexto, deixam de ser atributos meramente descritivos para tornarem-se dispositivos de exclusão: a “ordem” é ressignificada como a depuração violenta do corpo social contra a suposta desordem dos direitos humanos e do pluralismo, enquanto a “virilidade armada” substitui a mobilização massiva dos camisas-negras por um voluntarismo digital e civil. Essa adaptação funciona ao deslocar o sagrado do Estado para o indivíduo “de bem”, legitimando a eliminação do antagonista político sob o manto de uma moralidade teológica. Como sugerem Payne (1995) e Eco (1995) sobre o “Ur-Fascismo”, a estetização da violência e a sacralização de uma identidade nacional pura permanecem como pilares que, embora transpostos para a era algorítmica, mantêm intacto o núcleo duro da exclusão totalitária e do antagonismo ontológico.

Desinformação e anticiência como estratégias de guerra cultural: a linguística do caos como tática discursiva

A desinformação não opera como uma falha do sistema comunicacional, mas como sua própria engrenagem estruturante no contexto das guerras culturais da extrema direita. Ela não se limita à propagação de falsidades factuais, mas constitui uma prática discursiva performativa que reorganiza o campo epistêmico segundo lógicas afetivas e morais. Como formula Austin (1990), o enunciado falso é capaz de produzir

efeitos reais na medida em que se institui como ato de fala. Tal performatividade da mentira sustenta-se sobre o colapso de autoridades epistêmicas convencionais e a ascensão de uma retórica que vincula verdade à experiência vivida do “povo comum”. Demata (2025) descreve esse fenômeno como “mascarada epistêmica”, na qual o falso é investido de aparente autenticidade através de estéticas de intimidade, choques morais e mimetismo de fontes confiáveis.

A substituição dos regimes de verdade por regimes de verossimilhança afetiva, como indicam Briggs e Hallin (2016), converge com a análise foucaultiana dos dispositivos de saber-poder. Não se trata apenas de uma desestruturação do conhecimento científico, mas de uma reconfiguração ontológica da credibilidade, na qual a autoridade é deslocada da verificação empírica para a empatia compartilhada. Essa transformação torna-se particularmente evidente na retórica anticientífica adotada por governos como o de Narendra Modi, que mobilizou o Ayurveda como saber ancestral superior ao paradigma biomédico (The Hindu, 2021; The Wire, 2021). A ciência, aqui, é convertida em dispositivo colonial, enquanto o saber tradicional é promovido como resistência cultural.

Contudo, não se deve romantizar tais inversões. Venizelos (2024) propõe uma leitura crítica da ideia de “pós-verdade populista”, argumentando que seu uso normativo tende a reforçar a autoridade tecnocrática sob a aparência de defesa da racionalidade. Sua contribuição é decisiva ao explicitar que tanto a desinformação quanto a retórica contra ela são construções ideológicas, atravessadas por interesses políticos e narrativas morais. A tensão entre uma racionalidade iluminista e as novas formas de produção de verdade não se resolve pela simples revalidação da ciência, mas pela compreensão de seus limites históricos, usos políticos e vulnerabilidades midiáticas.

Julien Labarre (2024), ao propor o índice de vulnerabilidade epistêmica (EV), mostra que democracias com ecossistemas midiáticos mais robustos, como os países nórdicos, demonstram maior resiliência à desinformação em comparação com

contextos mais polarizados, como EUA, Brasil ou Europa Oriental. A desinformação, portanto, não é homogênea nem espontânea: é um sintoma de desequilíbrio estrutural nas relações entre linguagem, poder e regulação. A guerra cultural digital intensifica esse desequilíbrio ao mobilizar a arquitetura tecnológica das plataformas para reforçar discursos conspiratórios, como no caso do movimento Querdenken na Alemanha (Deutsche Welle, 2021; Freedom House, 2022), que se vale de Telegram e YouTube como territórios de legitimação simbólica.

A tensão epistêmica alcança seu auge quando regimes de desinformação se tornam políticas de Estado, como evidencia o caso húngaro sob Viktor Orbán, onde a censura, a propaganda e a manipulação da linguagem são institucionalizadas (Freedom House, 2022; GMF, 2023). Conrad (2024), ao analisar a fragmentação da esfera pública durante a guerra da Ucrânia, demonstra como a desinformação se territorializa em câmaras de eco, dissolvendo a deliberação e dificultando a constituição de um espaço comum de inteligibilidade. A desintegração epistêmica não é apenas uma crise da verdade, mas uma mutação na estrutura da linguagem política.

Hameleers (2020), ao estudar os discursos populistas sobre desinformação nas mídias sociais europeias, demonstra que o apelo à “verdade do povo” se estrutura como negação sistemática da autoridade epistêmica convencional, reivindicando para si um regime alternativo de veracidade baseado na autenticidade afetiva. Tal construção desloca o centro gravitacional do discurso público e mina políticas públicas de checagem de fatos e regulação informacional. A tentativa europeia de conter essa crise, por meio do Digital Services Act (Financial Times, 2025) e do Code of Practice on Disinformation, revela tanto os limites quanto as possibilidades da ação institucional. O embate entre a União Europeia e plataformas como TikTok (Associated Press, 2025), além das reações críticas dos Estados Unidos (Wall Street Journal, 2025), ilustra o conflito geopolítico em torno da governança digital.

Ao redor do mundo, a desinformação deixa de ser um ruído colateral para se constituir como linguagem estratégica, codificada em estilos comunicacionais,

miméticas de autoridade e estruturas tecnológicas. Do QAnon nos Estados Unidos (NPR, 2022; CBS News, 2021) às campanhas de desinformação sobre vacinas promovidas pelo Kremlin (Reuters, 2020; EUvsDisinfo, 2021), do negacionismo sanitário do governo Bolsonaro (NetLab, 2022) à institucionalização discursiva da mentira na Hungria de Orbán (GMF, 2023), emerge um padrão comum: a desinformação é uma forma contemporânea de poder. Um poder que se funda não na imposição da verdade, mas na produção estratégica da dúvida, da confusão e da fragmentação cognitiva. Ao invés de buscar restaurar um suposto consenso racional perdido, o desafio filosófico contemporâneo é repensar os fundamentos da convivência democrática em um mundo onde o comum se dissolve na multiplicidade das versões.

Armas, fé e soberania do indivíduo: materialidades da discursividade reacionária

A soberania armada não surge de uma insegurança contingente, mas da convergência entre fé, virilidade e moralidade que desloca a autoridade do Estado para o corpo armado do indivíduo. Como observa Mbembe (2011), trata-se da transposição do poder de matar para uma performance racializada e privatizada da soberania. A figura do “pai de família armado” torna-se símbolo de uma necropolítica individualizada: um sujeito teologicamente legitimado para anular o outro em nome de uma verdade moral.

Nos EUA, a NRA sacralizou o direito às armas ao integrá-lo à linguagem cristã da salvação, transformando o *Second Amendment* em dogma. Dawson (2019; 2024) identifica nesse processo o surgimento do “novo guerreiro”, avatar redentor contra um Estado percebido como traidor. A arma, aqui, não é apenas instrumento: é ritual de filiação a uma comunidade escatológica, onde matar é um ato de fé.

Esse ethos não é exclusivo da cultura norte-americana. Dados do Pew Research Center (2023) mostram que a autodefesa é a principal motivação de posse de armas entre estadunidenses, revelando como o armamento se converte em rito de passagem

político. Como argumenta Valencia (2019), a soberania armada literaliza a “gramática do inimigo”: transforma a política em guerra moral, o adversário em ameaça ontológica.

A estética digital amplifica esse imaginário. Tebaldi e Gaddini (2024) analisam como movimentos como o Turning Point USA combinam fé, armas e gênero, criando personagens como os “cuteservatives” e os “novos cruzados” que estetizam o poder armado nas redes sociais. A política se torna performativa, o corpo armado, um signo de pureza.

Esse circuito é transnacional. A OpenDemocracy (2020) revelou que grupos cristãos dos EUA investiram mais de US\$ 280 milhões globalmente em agendas pró-armamento, antiaborto e antigênero. O ISD (2022) mostra como plataformas como o Telegram são usadas para disseminar discursos messiânicos armados entre grupos da extrema direita na América Latina, Europa e EUA.

A racialização dessa soberania é estrutural. O mesmo Estado que protege o armamento branco criminaliza a posse por corpos negros. Segundo o *People* (2024), jovens negros nos EUA têm taxas de homicídio por arma 12 vezes maiores que os brancos. A necropolítica, como define Mbembe (2011), não opera apenas pela morte, mas pela desigualdade no direito de matar e de viver.

Essa lógica opera também no Brasil. O Decreto nº 9.785/2019 legalizou o armamento para segmentos sociais específicos, em nome de uma moralidade patriótica e cristã. Como propõe Butler (2004), trata-se de uma performatividade da vulnerabilidade invertida: o cidadão armado se apresenta como precário, mas encarna sua precariedade com o poder de punir.

A estetização digital reforça essa política da violência. O ISD (2022) demonstra como imagens do guerreiro cristão e da família armada circulam em redes como Telegram e Instagram como símbolos de pureza e sacrifício. A política se torna liturgia; a justiça, um ato performado em tempo real.

A violência armada, nesse cenário, é celebrada como purificação. Relatórios da Amnesty International (2024a; 2024b) mostram como a militarização urbana afeta

desproporcionalmente comunidades racializadas, revelando a seletividade do direito à soberania. Não se trata apenas de portar armas — trata-se de quem pode usá-las legitimamente, e contra quem.

A soberania armada é, assim, uma mutação do Estado democrático. Sua legitimação se ancora em discursos teológicos, afetos de ressentimento e dispositivos legais. Não se mata por justiça, mas por redenção. Como sintetiza Nguyễn-võ (2024), regimes de morte são também regimes de apagamento de futuros. Conter essa lógica exige mais do que regular armas: exige desativar as linguagens que as tornam sagradas.

Contra-articulações e disputas discursivas: resistências populares e a luta pelo significado da democracia

A captura autoritária dos significantes democráticos não opera por negação, mas por rearticulação simbólica em chave moral, sacrificial e individualista. Como analisa Brown (2015), o discurso reacionário redesenha termos como “vida”, “liberdade” e “justiça” em gramáticas de ressentimento, esvaziando sua potência relacional. A disputa não se dá apenas no plano institucional, mas na própria produção de sentidos que sustenta o reconhecimento político. Nessa lógica, a extrema direita mobiliza a equivalência afetiva entre demandas dispersas — conforme Laclau (2005) — não para construir emancipação, mas para organizar antagonismos verticais.

É nesse terreno instável que emergem contra-articulações populares. Em vez de reverter sentidos capturados, tais práticas reinscrevem palavras em corpos e afetos insurgentes. Butler (2015) aponta que a performatividade da presença pública reconfigura o campo da inteligibilidade política. Fraser (2022) acrescenta que o neoliberalismo não apenas despolitiza, mas desmonta os suportes institucionais da participação, delegando às lutas identitárias o peso de manter viva a promessa democrática em terrenos devastados. O conflito de sentidos, assim, torna-se uma guerra simbólica travada em condições assimétricas.

Essas resistências não se limitam à linguagem. Projetos como *Whose Knowledge?*, *Data for Black Lives* e *Decoded Pride* produzem insurgências tecnopolíticas que rejeitam a neutralidade das infraestruturas digitais, propondo epistemologias situadas e coletivas. Benjamin (2019) evidencia como algoritmos racializados perpetuam regimes de exclusão e morte simbólica. A resistência, portanto, se encarna em tecnologias insurgentes, reapropriações de plataformas e infraestruturas de cuidado. Milan (2022) destaca que o *data activism* só é transformador quando atinge a camada estrutural da informação, subvertendo regimes de indexação e visibilidade.

No entanto, essas práticas enfrentam repressão crescente. Casos como o uso da Lei de Segurança Nacional na Indonésia (Associated Press, 2025), os ataques a jornalistas em Gaza (Lederer, 2024) e o recrudescimento jurídico no Reino Unido (The Guardian, 2025a; 2025b) evidenciam a expansão semântica da exceção legal. O *Police, Crime, Sentencing and Courts Act* (UK Parliament, 2022), ao redefinir “incômodo” público, legitima a repressão de protestos. Embora decisões judiciais favoráveis, como no caso Braverman (The Guardian, 2025a), indiquem brechas, estas são frágeis frente ao avanço autoritário.

A insurgência democrática, portanto, exige mais que restauração normativa. Mouffe (2018) afirma que o conflito é constitutivo da democracia; sufocar o antagonismo favorece projetos autoritários. Dannemann (2024) mostra que a racionalidade climática, ao apagar o dissenso, abre espaço para soluções tecnocráticas. Contra isso, movimentos como o zapatismo, *End SARS* e os quilombolas brasileiros reinventam a política pela escuta, relacionalidade e afetos insurgentes.

Essas lutas não apenas disputam sentidos, mas reorganizam o comum. Santos (2019) propõe uma democracia como ecologia de saberes, fundada na escuta das epistemologias silenciadas. Não se trata apenas de direitos, mas da subversão da própria universalidade moderna. Colpani (2021) e Wolfson et al. (2017) apontam que sua força reside menos na institucionalização e mais na articulação de redes e temporalidades que escapam à forma-liberal de política.

A força simbólica dessas resistências reside em seu poder de tensionar o próprio dispositivo discursivo. A gramática liberal, centrada na abstração do sujeito e na deliberação racional, não acomoda a radicalidade dos corpos que vêm da exceção. Mattila et al. (2025), ao contrastar modelos comunicativos no planejamento urbano, mostram que o confronto de racionalidades não destrói a democracia, mas a vitaliza. O que está em jogo é a legitimação de formas de saber que escapam à matriz do consenso.

Experiências brasileiras como *Data_Labe* e *Fogo Cruzado* exemplificam práticas de contra-curadoria informacional: coletam dados sobre violência não para fortalecer a segurança pública estatal, mas para denunciar suas dimensões racistas e genocidas. Esses dados tornam-se narrativas insurgentes, formas de reparação e pertencimento. Haraway (2016) enfatiza que esse saber é sempre situado, encarnado, parcial — e, por isso, político.

Contudo, a repressão persiste como norma. A violência documentada pela Associated Press (2024a; 2024b; 2025) e pela ONU (United Nations, 2024) não é exceção, mas estratégia. A prisão da ativista Rumbelow (2025), por protesto pacífico, evidencia a conversão do direito penal em dispositivo de controle político. Embora a decisão da Alta Corte britânica (The Guardian, 2025a) tenha revertido algumas criminalizações, ela revela-se frágil. A vulnerabilidade das democracias ocidentais às derivas autoritárias — expressa na legislação britânica (UK Parliament, 2022) — desafia qualquer ideia estática de Estado de Direito.

A filosofia política ajuda a compreender essa disputa. A ontologia política de Laclau (2005) e Colpani (2021) demonstra que a hegemonia não é imposição, mas produção contingente de sentidos. Movimentos como o Black Lives Matter ou o zapatismo não apenas propõem reformas: refazem o tempo político e inauguram práticas de convivência não reguladas pelo mercado.

Tuck e Yang (2012) afirmam que a descolonização não pode ser metafórica — ela exige ruptura institucional a partir de outras cosmologias. Fraser (2022) reforça

essa urgência ao propor uma refundação democrática pautada na redistribuição, no reconhecimento e na representação transversal. Assim, as resistências não apenas contestam o poder; desconstroem seus dispositivos de legitimação e instauram regimes de sentido não calculáveis pela lógica governamental.

A contra-articulação, portanto, não é simples antagonismo, mas criação ontopolítica: formas de viver e imaginar o mundo fora do Estado. Wolfson et al. (2017) mostram que tais formas organizativas — descentralizadas, estéticas, interseccionais — não são apenas táticas reativas, mas proposições de mundos outros. Disputar os significantes capturados pela extrema direita é disputar a imaginação pública e a possibilidade do comum.

Essa gramática insurgente, ainda que fragmentária, aponta para uma política do porvir. Nela, a justiça é gesto encarnado, a liberdade é potência coletiva e a vida é rede de interdependências. A democracia, nesse horizonte, deixa de ser promessa universalista e se torna prática situada, plural e inacabada.

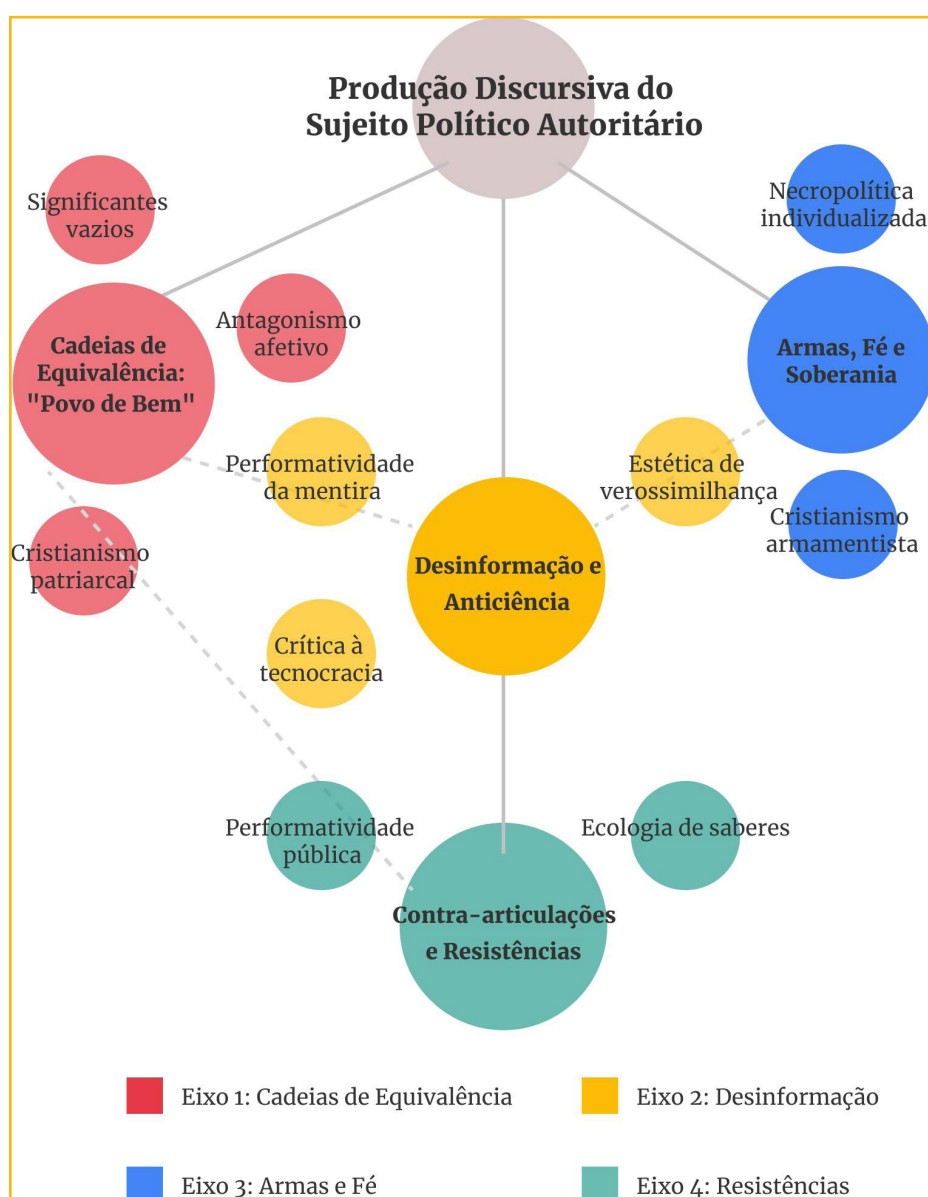
ARGUIÇÃO ANALÍTICA

A linguagem política contemporânea não apenas expressa demandas, mas fabrica sujeitos, delimita mundos possíveis e legitima práticas excludentes. Para Laclau (2005), identidades políticas são efeitos precários de cadeias de equivalência que articulam demandas diversas em torno de significantes vazios como “liberdade” ou “família”. O “povo de bem” não é dado sociológico, mas efeito performativo de antagonismo. Como adverte Mouffe (2013), o risco surge quando o antagonismo agonístico se transmuta em hostilidade moral, convertendo adversários em inimigos a eliminar — ponto em que hegemonia degenera em dominação ontológica.

O campo discursivo atual não gira mais em torno da deliberação racional, mas de afetos intensos, imagens mobilizadoras e dicotomias morais. O conflito político desloca-se para os próprios contornos da linguagem. Retórica armamentista, ideologia da pureza moral e soberania individualizada operam como regime discursivo

articulado, reorganizando os significantes democráticos em torno da exceção moral. A equivalência entre fé, armas e verdade subjetiva configura um novo campo de inteligibilidade, onde o armamento se torna encenação da autonomia e liturgia da redenção. Butler (2004) revela como a vulnerabilidade, antes fundamento ético, é recodificada como direito punitivo.

Figura 1 – Articulação entre religião, armas, desinformação e captura de significantes democráticos



Fonte: Autor (2026)

Esse deslocamento encontra legitimidade na crise da autoridade epistêmica. A desinformação não é apenas falsidade, mas regime de sentido baseado na verossimilhança afetiva. Como observa Demata (2025), a autenticidade emocional substitui a verificação empírica, enquanto Venizelos (2024) alerta para o uso oportunista da “pós-verdade” para justificar tecnocracias. A erosão das mediações tradicionais (partidos, imprensa, universidades) não gera vácuo, mas proliferação de autoridades paralelas. Plataformas como TikTok e YouTube tornam-se territórios soberanos da produção simbólica, onde o delírio é indexado e monetizado.

O resultado é a legitimação de uma racionalidade delirante, que transforma o inimigo em ameaça ontológica. A linguagem já não descreve o outro, mas encarna o mal simbólico — “comunista”, “pedófilo”, “corrupto globalista”. Como aponta Austin (1990), trata-se de uma performatividade que não busca verdade, mas efeitos de realidade. O significante vazio torna-se saturado, fechado por gozo paranoico que rejeita ambiguidade. Safatle (2015) identifica aí uma economia da pulsão organizada por afetos primários: medo, ódio, ressentimento e desejo de punição.

A figura da soberania armada não responde apenas à insegurança; ela encarna uma nova forma-sujeito em que o poder de matar é dotado de sentido moral. Mbembe (2011) mostra que o necropoder desloca a governança da vida para a administração da morte. Na articulação entre fé, armas e pureza, esse poder assume contornos teológicos: o inimigo é herege, a bala é sacramento. Dawson (2024) analisa essa lógica nos EUA, especialmente via NRA, mas seus efeitos reverberam no Brasil, onde a figura do “cidadão de bem armado” condensa mitos coloniais, fantasias raciais e delírios escatológicos.

Essa subjetividade é também performada visualmente. Tebaldi e Gaddini (2024) mostram como a virilidade cristã armada é encenada em redes digitais, onde corpos normativos e narrativas de sacrifício organizam o desejo político por meio da estética da guerra moral. A política, assim, se faz por imagem e afeto: o Instagram é púlpito, o TikTok é altar. A democracia torna-se disputa performativa de imagens, estetizada como liturgia sacrificial.

Contudo, resistências emergem não como reflexos simétricos, mas como práticas de reexistência. Fraser (2022) propõe uma refundação democrática baseada em redistribuição, reconhecimento e representação. Santos (2019) desloca a disputa para o plano epistêmico: sem escutar saberes indígenas, negros e periféricos, não há agonismo possível. Essas práticas não são apenas resistência, mas rearticulações ontoepistêmicas que desestabilizam a soberania armada, afirmando modos de vida baseados na interdependência e na ética do cuidado.

Experiências como o Data_Labe, o Instituto Fogo Cruzado ou o Whose Knowledge? mostram que resistir implica reapropriar infraestruturas de visibilidade. Benjamin (2019) denuncia a reprodução de hierarquias pelos algoritmos. Haraway (2016) afirma que o saber deve ser situado, parcial, encarnado. A tecnopolítica insurgente — periférica, quilombola, decolonial — não replica a hegemonia: ela fabula mundos outros.

A tarefa da filosofia política, portanto, não é restaurar a normalidade liberal, mas reimaginar a democracia como prática ontopolítica, reinventando regimes de sentido, modos de vida e dispositivos de partilha. Como lembram Tuck e Yang (2012), descolonizar não é metáfora — exige deslocamento, desposseção e reinício. A luta não é contra o discurso, mas pela linguagem. Pela possibilidade de dizer e viver fora do campo semântico da eliminação.

Se a hegemonia é sempre contingente (Laclau, 2005), também o é a exclusão que ela produz. Nesse horizonte, abrem-se caminhos ético-políticos de contra-articulação. Não se trata de restaurar verdades, mas de construir o comum. Contra a gramática da pureza armada, insurge a gramática do porvir — feita de escuta, partilha e imaginação insurgente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender os mecanismos discursivos e estético-políticos que estruturam a lógica da extrema direita contemporânea, com foco nas articulações

entre populismo, fé, armamento, desinformação e resistências insurgentes. No entanto, como toda investigação teórico-crítica, apresenta algumas limitações. A primeira refere-se à amplitude do escopo analítico, que, ao cobrir múltiplos contextos geopolíticos e dimensões discursivas, não aprofunda os impactos específicos dessas dinâmicas em populações locais ou territórios determinados. A segunda limitação diz respeito à ausência de entrevistas, etnografias ou análises quantitativas que poderiam complementar as inferências teóricas com dados empíricos mais situados e robustos.

Para estudos futuros, recomenda-se investigar a recepção concreta desses discursos em comunidades afetadas, incorporando métodos de pesquisa participativa e análises interseccionais. Seria igualmente relevante explorar como regimes algorítmicos de visibilidade amplificam ou reprimem práticas de contra-articulação, bem como analisar as articulações entre tecnopolítica, estética digital e subjetivação em diferentes plataformas. Por fim, novas pesquisas poderiam focar nas potencialidades de reconfiguração democrática a partir de epistemologias indígenas, afro-diaspóricas e feministas, aprofundando a crítica ontopolítica ao modelo liberal de soberania e representação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Armed, Dangerous and Discriminatory: Militarization and Racism in Urban Policing**. Amnesty International, 2024a. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/what-we-do/arms-control/gun-violence/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. **The Global Impact of Civilian Armament on Marginalized Communities**. Amnesty International, 2024b. Disponível em: <https://www.amnesty.org.au/disarmament-week-2024-confronting-the-global-arms-crisis/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ASSOCIATED PRESS. **EU warns TikTok over disinformation practices**. Associated Press, 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/f2f46d5d31b29764b62155ef5679e8e4>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ASSOCIATED PRESS. **Protest Laws in Indonesia Used Against Activists**. Associated Press, 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/indonesia-amnesty-international-human-rights-report-d604e050110bb42614642245d7e4ccc8>. Acesso em: 9 jun. 2025.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENJAMIN, Ruha. **Race after technology: abolitionist tools for the new Jim Code**. Cambridge: Polity Press, 2019.

BRIGGS, Charles L.; HALLIN, Daniel C. **Making health public: how news coverage is remaking media, medicine, and contemporary life**. London: Routledge, 2016.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

BUTLER, Judith. **Notas rumo a uma teoria performativa da assembleia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária: o poder do luto e da violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CBS NEWS. **QAnon, COVID and the rise of digital conspiracies**. CBS News, 2021. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/january-6-capitol-riot-qanon-followers-misinformation/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

COLPANI, Gianmaria. Queer Populism and Hegemonic Disputes. **European Journal of Cultural Studies**, 2021.

CONRAD, Tobias. Language Fragmentation and War in Ukraine. **Journal of Political Communication**, 2024.

DAWSON, Michael. God, Guns, and the New Warrior: Religion and Firearms in the American Right. **Journal of American Studies**, 2019.

DAWSON, Michael. Militant Evangelicalism and the Cult of Sovereignty. **American Political Theology Review**, 2024.

DANNEMANN, Teo. Technocracy, Ecology and the Crisis of Democracy. **Ecopolitics Journal**, 2024.

DEUTSCHE WELLE. **Germany's Querdenken: Anti-lockdown protests and the far right**. Deutsche Welle, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/en/germany-covid-deniers-and-their-social-media-platforms/a-56282210>. Acesso em: 9 jun. 2025.

DEMATA, Massimo. **Masquerade epistemics and populist truth politics**. Bologna: Università di Bologna, 2025.

EUVSDISINFO. **Kremlin's Vaccine Disinformation Playbook**. EUvsDisinfo, 2021. Disponível em: <https://euvdisinfo.eu/report/kremlins-vaccine-disinformation-playbook/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FINANCIAL TIMES. **EU takes action against TikTok over online content rules**. Financial Times, 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/6feebcf5-a1cb-4507-a691-211173dc84d6>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FRASER, Nancy. **Capitalismo em debate: um diálogo em teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREEDOM HOUSE. **Freedom on the Net – Germany**. Freedom House, 2022. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/germany/freedom-net/2022>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GMF – GERMAN MARSHALL FUND. **Orbán’s Online Propaganda Machine**. GMFUS, 2023. Disponível em: <https://www.gmfus.org/news/orbans-online-propaganda-machine>. Acesso em: 9 jun. 2025.

HAMELEERS, Michael. Populist disinformation and the “truth of the people” in social media. **Journalism Studies**, v. 21, n. 3, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue e outros ensaios**. São Paulo: Editora 34, 2016.

ISD – INSTITUTE FOR STRATEGIC DIALOGUE. **Telegram as a Buttress: How far-right extremists and conspiracy theorists are expanding their infrastructures via Telegram**. London: ISD, 2022. Disponível em: <https://www.isdglobal.org/isd-publications/telegram-as-a-buttress-how-far-right-extremists-and-conspiracy-theorists-are-expanding-their-infrastructures-via-telegram/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

JACOBS, Thomas. **Laclau and the Post-Marxist Critique of Political Economy**. London: Routledge, 2018.

LABARRE, Julien. **Epistemic Vulnerability Index and Democratic Resilience**. Geneva: Democracy Lab, 2024.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2005.

LEDERER, Edith M. **Freedom of expression threatened more seriously in Gaza than in any recent conflict, UN expert says**. AP News, 2024. Disponível em: <https://apnews.com/article/un-freedom-expression-attacks-journalists-palestinians-israel-4ee19abb793df9b9fcce4364df7f2efe>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MATILLA, Aleks; et al. **Agonistic Urban Planning in Democratic Societies**. *Urban Studies Review*, 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2011.

MILAN, Stefania. **Social Movements and Their Technologies: Wiring Social Change**. London: Palgrave Macmillan, 2022.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: Thinking the World Politically**. London: Verso, 2013.

NETLAB – UFRJ. **Relatório de Monitoramento da Desinformação em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

NGUYỄN-VÕ, Thu-hương. **Necropolitics and the Ruins of the Future**. Cultural Critique, 2024.

NPR. **A year after the Capitol riot, QAnon still thrives**. NPR, 2022. Disponível em: <https://www.npr.org/2022/01/06/1070664847/qanon-capitol-riot>. Acesso em: 9 jun. 2025.

OPENTEDEMOCRACY. **Revealed: US\$ 280m 'dark money' spent by US Christian Right groups globally**. OpenDemocracy, 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/5050/trump-us-christian-spending-global-revealed/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PEOPLE. **U.S. Surgeon General declares gun violence an "urgent public health crisis," citing alarming statistics**. People, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://people.com/surgeon-general-declares-gun-violence-urgent-public-health-crisis-8668500>. Acesso em: 9 jun. 2025.

REUTERS. **Russia spreads false claims about Western COVID-19 vaccines**. Reuters, 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-russia-vaccine-idUSKBN28Q2VP>. Acesso em: 9 jun. 2025.

RUEDA, Daniel. O populismo como lógica discursiva: contribuições metodológicas a partir de Laclau. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TEBALDI, Beatrice; GADDINI, Alessandra. **Aesthetics of Reaction: Gender and Faith in Far-Right Digital Cultures**. *Feminist Media Studies*, 2024.

THE GUARDIAN. **UK anti-protest laws ruled unlawful by high court**. The Guardian, 2025a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/law/2025/may/02/campaigners-claim-victory-as-judges-quash-braverman-move-against-protests>. Acesso em: 9 jun. 2025.

THE GUARDIAN. **Victory for climate activists in Braverman case**. The Guardian, 2025b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2025/may/02/government-britain-protest-laws-appeal-court-labour-democracy>. Acesso em: 9 jun. 2025.

THE HINDU. **COVID-19 Ayurveda guidelines raise scientific concerns**. The Hindu, 2021. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/covid-19-ayurveda-guidelines-raise-scientific-concerns/article34245882.ece>. Acesso em: 9 jun. 2025.

THE WIRE. **COVID-19: AYUSH ministry's ayurveda remedies lack scientific credibility**. The Wire, 2021. Disponível em: <https://thewire.in/health/covid-19-ayush-ministry-ayurveda-remedies-credibility>. Acesso em: 9 jun. 2025.

TUCK, Eve; YANG, Wayne. Decolonization is not a metaphor. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, v. 1, n. 1, 2012.

UK PARLIAMENT. **Police, Crime, Sentencing and Courts Act 2022**. London: UK Government, 2022. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2022/32/contents/enacted>. Acesso em: 9 jun. 2025.

UNITED NATIONS. **Report on the Global Suppression of Protests and Civic Space**. Geneva: UN, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/report-special-rapporteur-23aug24/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

VENIZELOS, Alexandros. Populist post-truth and the technocratic paradox. *European Journal of Political Theory*, 2024.

WALL STREET JOURNAL. **US lawmakers clash with EU over tech regulations**. Wall Street Journal, 2025. Disponível em: <https://www.wsj.com/politics/policy/trump-administration-targets-europes-digital-laws-as-a-threat-to-basic-rights-and-u-s-business-20db1016>. Acesso em: 9 jun. 2025.

WOLFSON, Todd; et al. **The Digital Rebellion: Movements, Resistance and Critical Praxis**. London: Pluto Press, 2017.

Autoria

1 Tiago Negrão Andrade

Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba; Doutor em Mídia e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP; Professor, Universidade Anhembi Morumbi, Sorocaba, SP
<https://orcid.org/0000-0002-5352-9798> • tiago.negrão@unesp.br

Como citar este artigo

ANDRADE, T. N. Gramáticas de exclusão e reexistência: dispositivos discursivos da Extrema Direita e Contra-Articulações Popular-Digital. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e97045, p. 1-23, jul. 2026. DOI 10.5902/1980509897045. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797597045>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.